

GENTE
QUE
COOPERA
CRESCER.



RESULTADOS FINANCEIROS 2013



SICREDI CAMPOS GERAIS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, bem como das atividades e ações desenvolvidas no exercício de 2013 na Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP.

1. Situação Econômico-Financeira e Patrimonial

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP encerrou o exercício de 2013 com ativos totais de R\$ 495.480 mil, aumento de 45,71% em relação ao mesmo período do exercício anterior, destacando-se:

I - Operações de Crédito

O saldo das operações de crédito totalizaram, em dezembro de 2013 R\$ 304.800 mil, com evolução de 52,54% em relação ao mesmo período de 2012.

A classificação da carteira por níveis de risco, que abrange além das operações mencionadas no parágrafo anterior, as operações relativas a outros créditos, seguindo os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Em dezembro de 2013, as operações classificadas como “risco normal”, que abrangem os níveis “A” até “C”, somaram R\$ 291.061 mil, representando 93,64% do total da carteira. As operações classificadas como “risco 1”, que incluem os níveis “D” a “G”, totalizaram R\$ 15.172 mil, compondo 4,88% da carteira. O “risco 2”, formado exclusivamente por operações de nível “H” e

que exigem 100% da provisão, totalizou R\$ 4.597 mil ou 1,48% do total (NE 04c).

II - Recursos Captados e Administrados

Os recursos captados e administrados formados pelo total de depósitos, convênios, arrecadações e patrimônio líquido, totalizaram R\$ 315.439 mil em dezembro de 2013, com incremento de 34,09% em relação ao mesmo período de 2012.

O saldo de depósitos a prazo atingiu o valor de R\$ 210.145 mil, com crescimento de 33,55% em relação a dezembro de 2012. Os depósitos à vista tiveram uma variação de 34,27% em doze meses e alcançaram o valor de R\$ 48.039 mil.

III - Patrimônio Líquido

A Cooperativa registrou em dezembro de 2013 um patrimônio líquido de R\$ 56.868 mil, tendo um aumento de 36,03% em relação ao mesmo período do ano anterior.

2. Controles Internos e Compliance

O Sicredi está continuamente aprimorando o seu sistema de controles internos, face à complexidade dos serviços e produtos ofertados e à crescente demanda por parte dos associados. Com a implantação de políticas, procedimentos, normas e ferramentas de monitoramento, a Instituição busca assegurar a conformidade com leis e regulamentos, prevenir e reduzir riscos inerentes às atividades exercidas no seu campo de atuação.

A política de controles internos estabelece diretrizes que procuram reforçar, periodicamente, o alinhamento do sistema de

controles internos com os objetivos fixados pela Instituição relacionados às estratégias globais do negócio e às demais políticas institucionais. Da mesma forma, as atividades de controles são avaliadas sistematicamente assegurando a observância quanto às regulamentações emitidas pelas autoridades fiscalizadoras.

3. Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo - PLD/CFT

O Sicredi adota processos e sistemas específicos de prevenção, com a finalidade de assegurar que suas atividades sejam conduzidas em ambiente de controles adequados à prevenção de riscos relacionados aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. Atentos à legislação e às normas dos órgãos reguladores, buscamos constantemente adequar-nos aos novos procedimentos exigidos, especialmente em atendimento à Circular nº 3.461/09 e Cartas-Circulares nº 3.409/09, nº 3.430/10 e nº 3.542/12 do Banco Central do Brasil.

Nesse contexto, a instituição mantém investimentos em treinamentos contínuos para todos os colaboradores a fim de reforçar as melhores práticas de controles internos.

4. Gerenciamento de Riscos

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos do Acordo de Basileia II. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento do risco

operacional no Sicredi está implementada de forma centralizada na Superintendência de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional do Banco Cooperativo Sicredi S/A, subordinada diretamente à Presidência Executiva. Essa estrutura é responsável pela administração da Política de Risco Operacional e pela coordenação e execução, no que lhe compete, dos processos relativos à disciplina para todo o sistema de forma padronizada, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.380/06 e demais normativos relacionados.

“O processo de gerenciamento do risco operacional foi desenhado para capacitar a identificação, avaliação, mitigação e monitoramento dos riscos associados a cada instituição individualmente, ao conglomerado, bem como a identificação e acompanhamento dos riscos associados às demais empresas não financeiras.

II - Risco de Mercado

A gestão dos riscos de mercado consiste no processo de identificação, avaliação, monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócios, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e à alocação de capital econômico compatível. A atividade de gerenciamento dos riscos de mercado é regulamentada pela Resolução CMN nº 3.464/07. A estrutura sistêmica responsável por este gerenciamento é a área de Análise Econômica e Riscos de Mercado do Banco Cooperativo Sicredi S.A., subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos da mesma instituição. A referida área elabora as políticas e diretrizes aplicadas a todas as entidades filiadas ao Sistema Sicredi - Centrais, Cooperativas singulares, empresas ligadas e Banco.

III - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração,

controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras. No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

A Superintendência de Crédito e Risco de Crédito do Banco Cooperativo Sicredi S.A., subordinada à Diretoria Executiva de Crédito da mesma instituição, responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema. Essa unidade tem como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente. O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

IV - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco operacional pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi\Conheça a estrutura do Sicredi\Banco Cooperativo Sicredi\Risco Operacional”.

Conselho de Administração e Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2013

(Em milhares de reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP
CNPJ/MF nº 81.466.286/0001-05



RESULTADOS FINANCEIROS 2013

ATIVO	31/12/2013	31/12/2012	PASSIVO	31/12/2013	31/12/2012
CIRCULANTE	420.645	290.527	CIRCULANTE	428.934	292.450
DISPONIBILIDADES (NOTA 22)	5.083	4.393	DEPÓSITOS	258.184	193.134
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	161.756	122.897	Depósitos à Vista	48.039	35.777
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	60	3	Depósitos a Prazo	210.145	157.357
Correspondentes no país	784	429	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	148.572	87.390
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 22)	160.912	122.465	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	6	3
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 04)	241.023	157.043	Repasse Interfinanceiros (NOTA 09)	148.566	87.387
Operações de Crédito	248.385	163.083	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	387	321
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(7.362)	(6.040)	Recursos em Trânsito de Terceiros	387	321
OUTROS CRÉDITOS	10.740	4.779	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 10)	4.401	2.123
Rendas a Receber	1.745	952	Empréstimos País - Outras Instituições	4.401	2.123
Diversos (NOTA 05)	9.069	3.834	OUTRAS OBRIGAÇÕES	17.390	9.482
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(74)	(7)	Cobrança e Arrecadação de Tributos	62	55
OUTROS VALORES E BENS	2.043	1.415	Sociais e Estatutárias	1.397	683
Outros Valores e Bens (NOTA 06)	2.015	1.378	Fiscais e Previdenciárias	1.575	1.128
(Provisão para desvalorização)	(12)	(12)	Diversas (NOTA 11)	14.356	7.616
Despesas Antecipadas (NOTA 07)	40	49			
NÃO CIRCULANTE	74.835	49.520	NÃO CIRCULANTE	9.678	5.790
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	52.811	33.872	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	9.678	5.790
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 04)	52.811	33.860	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	9.678	5.790
Operações de Crédito	56.415	36.735	Repasse Interfinanceiros (NOTA 09)	9.678	5.790
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(3.604)	(2.875)			
OUTROS CRÉDITOS	-	5			
Diversos (NOTA 05)	-	5			
OUTROS VALORES E BENS	-	7			
Despesas Antecipadas (NOTA 07)	-	7			
PERMANENTE	22.024	15.648	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	56.868	41.807
INVESTIMENTOS (NOTA 08a)	9.938	5.724	CAPITAL SOCIAL (NOTA 14)	32.341	26.503
Outros Investimentos	9.938	5.724	De Domiciliados no País	34.384	28.185
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 08b)	10.150	8.657	(Capital a Realizar)	(2.043)	(1.682)
Imóveis de Uso	5.445	4.680	RESERVAS DE LUCROS (NOTA 16)	24.650	16.129
Outras Imobilizações de Uso	8.159	6.906	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS (NOTA 18)	(123)	(825)
(Depreciação acumulada)	(3.454)	(2.929)	Perdas de exercícios anteriores	(1.430)	(1.430)
INTANGÍVEL (NOTA 08c)	1.936	1.267	Sobras e perdas exercício atual	1307	605
Outros Ativos Intangíveis	3.234	2.222			
(Amortização acumulada)	(1.298)	(955)			
TOTAL DO ATIVO	495.480	340.047	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	495.480	340.047

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

(Em milhares de reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP
CNPJ/MF nº 81.466.286/0001-05

Descrição das contas	Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05		
	01/07/2013 a 31/12/2013			01/01/2013 a 31/12/2013			01/01/2012 a 31/12/2012		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	24.014	5	24.019	45.161	7	45.168	36.989	6	36.995
Operações de Crédito	24.014	5	24.019	45.161	7	45.168	36.983	6	36.989
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	6	-	6
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(15.784)	(253)	(16.037)	(26.957)	(422)	(27.379)	(21.904)	(303)	(22.207)
Operações de Captação no Mercado	(8.509)	(2)	(8.511)	(13.729)	(3)	(13.732)	(11.389)	(9)	(11.398)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.121)	(251)	(3.372)	(5.490)	(419)	(5.909)	(4.240)	(294)	(4.534)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.154)	-	(4.154)	(7.738)	-	(7.738)	(6.275)	-	(6.275)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	8.230	(248)	7.982	18.204	(415)	17.789	15.085	(297)	14.788
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(3.704)	2.073	(1.631)	(9.748)	3.456	(6.292)	(8.219)	2.436	(5.783)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	3.927	2.991	6.918	6.498	5.100	11.598	4.483	3.899	8.382
Rendas de Tarifas Bancárias	1.680	2	1.682	3.140	4	3.144	2.366	4	2.370
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(6.111)	(464)	(6.575)	(11.622)	(846)	(12.468)	(9.459)	(645)	(10.104)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(6.586)	(991)	(7.577)	(12.069)	(1.805)	(13.874)	(10.296)	(1.547)	(11.843)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(39)	(150)	(189)	(110)	(259)	(369)	(159)	(250)	(409)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 19)	9.303	953	10.256	15.527	1.757	17.284	14.255	1.372	15.627
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 20)	(5.878)	(268)	(6.146)	(11.112)	(495)	(11.607)	(9.409)	(397)	(9.806)
RESULTADO OPERACIONAL	4.526	1.825	6.351	8.456	3.041	11.497	6.866	2.139	9.005
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1.599	17	1.616	2.143	49	2.192	429	43	472
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	6.125	1.842	7.967	10.599	3.090	13.689	7.295	2.182	9.477
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(710)	(710)	-	(1.191)	(1.191)	-	(809)	(809)
Provisão para Imposto de Renda	-	(429)	(429)	-	(722)	(722)	-	(488)	(488)
Provisão para Contribuição Social	-	(281)	(281)	-	(469)	(469)	-	(321)	(321)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	6.125	1.132	7.257	10.599	1.899	12.498	7.295	1.373	8.668
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	1.385	(1.385)	-	1.131	(1.131)	-
SOBRAS OU PERDAS DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	6.125	1.132	7.257	11.984	514	12.498	8.426	242	8.668
DESTINAÇÕES	-	-	-	(10.677)	(514)	(11.191)	(7.821)	(242)	(8.063)
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 15)	-	-	-	(1.720)	-	(1.720)	(1.428)	-	(1.428)
Fates - Estatutário (Nota 16)	-	-	-	(436)	-	(436)	(202)	-	(202)
Fates - Ato Não Cooperativo	-	-	-	-	(514)	(514)	-	(242)	(242)
Reserva Legal - Estatutária (Nota 16)	-	-	-	(6.971)	-	(6.971)	(3.225)	-	(3.225)
Reserva Legal - Doação SFG (Nota 17)	-	-	-	(1.550)	-	(1.550)	(550)	-	(550)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	-	-	-	(2.416)	-	(2.416)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO (Nota 18)	-	-	-	1.307	-	1.307	605	-	605

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)



Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP
CNPJ/MF nº 81.466.286/0001-05

RESULTADOS FINANCEIROS 2013

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2012	22.298	9.938	(843)	31.393
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	586	-	(586)	-
Outras destinações	-	-	(3)	(3)
Reversão Reserva Legal/Absorção Perdas	-	-	2	2
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.184	-	-	3.184
Baixas de capital	(772)	-	-	(772)
Resultado do período	-	-	8.668	8.668
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(202)	(202)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(242)	(242)
Reserva Legal - Estatutária	-	3.225	(3.225)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.207	-	(1.428)	(221)
Reserva Legal - Doação SFG	-	550	(550)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.416	(2.416)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2012	26.503	16.129	(825)	41.807
Mutações do Período	4.205	6.191	18	10.414
Saldos no início do período em 01/01/2013	26.503	16.129	(825)	41.807
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	600	-	(600)	-
Outras destinações	-	-	(5)	(5)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	4.663	-	-	4.663
Baixas de capital	(875)	-	-	(875)
Resultado do período	-	-	12.498	12.498
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário (Nota 16)	-	-	(436)	(436)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(514)	(514)
Reserva Legal - Doação SFG (Nota 17)	-	1.550	(1.550)	-
Reserva Legal - Estatutária (Nota 16)	-	6.971	(6.971)	-
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 15)	1.450	-	(1.720)	(270)
Saldos no fim do período em 31/12/2013	32.341	24.650	(123)	56.868
Mutações do Período	5.838	8.521	702	15.061
Saldos no início do período em 01/07/2013	28.164	16.129	3.811	48.104
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.075	-	-	3.075
Baixas de capital	(348)	-	-	(348)
Resultado do período	-	-	7.257	7.257
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário (Nota 16)	-	-	(436)	(436)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(514)	(514)
Reserva Legal - Doação SFG (Nota 17)	-	1.550	(1.550)	-
Reserva Legal - Estatutária (Nota 16)	-	6.971	(6.971)	-
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 15)	1.450	-	(1.720)	(270)
Saldos no fim do período em 31/12/2013	32.341	24.650	(123)	56.868
Mutações do Período	4.177	8.521	(3.934)	8.764

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em milhares de reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP
CNPJ/MF nº 81.466.286/0001-05

	01/07/2013 a 31/12/2013	01/01/2013 a 31/12/2013	01/01/2012 a 31/12/2012
RESULTADO DO EXERCÍCIO	11.577	21.175	15.728
Resultado do exercício	7.257	12.498	8.668
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	4.320	8.677	7.060
(Reversão) Provisão para operações de crédito	4.154	7.738	6.275
Depreciação do imobilizado de uso	428	872	697
Amortização do intangível	131	343	509
Baixas do ativo permanente	373	424	79
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	234	254	(139)
Destinações ao FATES	(950)	(950)	(444)
Dividendos SicrediPar	(50)	(4)	83
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(27.575)	22.465	4.262
(Aumento) Redução em direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	2.883	(57)	164
(Aumento) Redução em créditos vinculados	4	-	21
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(363)	(355)	(429)
(Aumento) Redução em operações de crédito	(100.854)	(110.602)	(59.904)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	63.528	65.071	24.213
(Aumento) Redução em outros créditos	(2.918)	(6.018)	183
(Aumento) Redução em outros valores e bens	260	(621)	(63)
Aumento (Redução) em depósitos	1.682	65.050	35.162
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	63	65	90
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	198	2.278	972
Absorção de dispêndios pelo FATES	(114)	(444)	(268)
(Redução) Aumento em outras obrigações	8.056	8.098	4.121
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(15.998)	43.640	19.990
Aquisição de Investimentos	(876)	(4.214)	(1.036)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.406)	(2.790)	(6.626)
Aplicações no Intangível	(297)	(1.012)	(630)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.579)	(8.016)	(8.292)
Integralização de capital	4.525	6.713	4.977
Baixa de capital	(348)	(875)	(772)
Juros ao capital próprio	(1.720)	(1.720)	(1.428)
Distribuição de Sobras	-	(605)	(589)
Rateio de Perdas	-	-	2
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	2.457	3.513	2.190
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(16.120)	39.137	13.888
Caixa e equivalente de caixa no início do período	182.115	126.858	112.970
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 21)	165.995	165.995	126.858

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em 31 de dezembro de 2013)



NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP, é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito dos Estados do Paraná e de São Paulo - Central Sicredi PR/SP. Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 11/01/1989 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

A Cooperativa é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo.

O objetivo deste fundo é fornecer ao associado cobertura similar à oferecida pelo FGC aos clientes dos bancos, ou seja, garantia de seus depósitos à vista e a prazo e seus saques mediante aviso prévio. Utiliza-se limites operacionais com a cobertura de depósitos em até R\$ 70 mil e destinações promovidas objetivando ações preventivas ou corretivas visando sempre à estabilidade econômico-financeira da Cooperativa.

Estes Fundos são compostos na sua maioria entre Fundo Garantidor de Solidez e Fundo Garantidor de Depósitos.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas, e estão sendo apresentadas, na forma da legislação societária e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações da Lei Complementar nº 130/09 e às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN, Banco Central do Brasil – Bacen, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

O CPC, desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. A Cooperativa aplicou os seguintes pronunciamentos, já recepcionados pelo Bacen: CPC 01 (Redução ao valor recuperável de ativos), CPC 03 (Demonstração dos fluxos de caixa), CPC 05 (Divulgação sobre partes relacionadas), CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), CPC 24 (Eventos subsequentes) e CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes). Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelo órgão regulador.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria em 06 de fevereiro de 2014.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade. As operações de crédito com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro rata die" e calculados com base no modelo exponencial, exceto aqueles relativos a títulos descontados, que são calculados com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

c) Componentes de caixa e equivalentes de caixa

Para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa, Caixa e Equivalentes de Caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e relações interfinanceiras – centralização financeira, com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d) Operações ativas e passivas

Pré fixadas: as operações ativas e passivas contratadas com rendas e encargos prefixados contabilizam-se pelo valor presente, registrando-se as rendas e os encargos a apropriar em subtítulo de uso interno do próprio título ou subtítulo contábil utilizado para registrar a operação.

Pós fixadas: as operações ativas e passivas contratadas com rendas e encargos pós-fixados ou flutuantes contabilizam-se pelo valor do principal, a débito ou a crédito das contas que as registram. Essas mesmas contas acolhem os juros e os ajustes mensais decorrentes das variações da unidade de correção ou dos encargos contratados, no caso de taxas flutuantes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em 31 de dezembro de 2013)

e) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

f) Operações de crédito e provisão de crédito

As operações de crédito, e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos associados da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do associado
de 15 a 30 dias	B
de 31 a 60 dias	C
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

As operações de crédito com cláusula de atualização monetária pós-fixada estão registradas pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos auferidos ou encargos incorridos, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

As operações de crédito com encargos financeiros prefixados estão registradas pelo valor de face, retificadas por conta de rendas a apropriar.

A provisão para perdas com as operações de crédito é constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, contemplando todos os aspectos determinados na Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a classificação das operações por nível de risco.

g) Permanente

Investimentos: estão demonstrados ao custo de aquisição.

Imobilizado de uso: corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Permanente", item "b", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

Intangível: está representado por investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação Sicredi, os quais são contabilizados nas Centrais e repassados às cooperativas, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

h) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 3.566/08, determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 01, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente ao reconhecimento, mensuração e divulgação de redução ao valor recuperável de ativos. O referido pronunciamento institui o teste de recuperabilidade de ativos, também previsto na Lei nº 11.638/07, cujo objetivo é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

O imobilizado e bens não de uso próprio, são revistos anualmente em outubro para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

A adoção desta norma produziu efeitos apenas sobre os bens não de uso, relativamente as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2013.

j) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em 31 de dezembro de 2013)



k) Outros créditos - Títulos e créditos a receber - Operações com cartão de crédito

Os valores a receber representam os valores a faturar dos usuários de cartão de crédito pela utilização em estabelecimentos conveniados às bandeiras Visa e Cartões Sicredi. Para pagamentos efetuados pelo valor mínimo da fatura (rotativo), as operações são reclassificadas para Operações de Crédito no grupo de Empréstimos.

l) Depósitos

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado; isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

n) Passivos contingentes - Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Provisionados com base em opinião de assessores jurídicos, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho da causa. A Cooperativa provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais. A seguir o critério utilizado segundo a natureza da contingência:

Provisões para riscos trabalhistas - Constituídas quando da notificação judicial e cujo risco de perda é considerado provável. O valor é apurado conforme subsídios recebidos dos assessores jurídicos.

Provisões para riscos cíveis - Constituídas quando da notificação judicial, e ajustadas mensalmente, pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores jurídicos que considera a jurisprudência, os subsídios fáticos levantados, as provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial.

o) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base "pro rata die", deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Direitos e Obrigações relacionados as operações de associados com Cartões Sicredi e Visa

A partir de janeiro de 2013 os saldos das operações de associados da cooperativa com cartões Sicredi e cartões Visa estão apresentadas nas contas patrimoniais da cooperativa para fins de evidenciação do fluxo de direitos e obrigações dessa, com as empresas administradoras de cartões.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração e revisadas a cada semestre, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	31/12/2013			31/12/2012
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	85.038	22.283	107.321	80.773
Financiamentos	14.768	24.537	39.305	25.735
Financiamentos rurais e agroindustriais	148.579	9.595	158.174	93.310
Carteira total	248.385	56.415	304.800	199.818

valores em milhares de Reais

b) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	31/12/2013					31/12/2012
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	1.882	20.395	29.383	30.690	82.350	60.118
Pessoas Jurídicas - Ramo Rural	231	13.397	134.951	9.595	158.174	93.309
Pessoas Jurídicas - Ramo Industrial	45	3.238	2.621	1.045	6.949	4.498
Pessoas Jurídicas - Ramo Comércio	624	13.020	16.887	9.785	40.316	29.977
Pessoas Jurídicas - Outros Serviços	483	5.072	6.156	5.300	17.011	11.916
Total	3.265	55.122	189.998	56.415	304.800	199.818

valores em milhares de Reais

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em 31 de dezembro de 2013)

c) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	Carteira		Provisão para operações de Crédito	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Nível A	53.748	43.638	269	218
Nível B	205.510	115.258	2.055	1.153
Nível C	31.803	26.066	954	782
Nível D	9.337	6.839	934	684
Nível E	3.974	2.165	1.192	650
Nível F	1.319	1.614	660	807
Nível G	542	781	379	547
Nível H	4.597	4.081	4.597	4.081
Total (i)	310.830	200.442	11.040	8.922

valores em milhares de Reais

(i) Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	31/12/2013			31/12/2012
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Devedores por compra de valores e bens	8	-	8	175
Títulos e créditos a receber	6.022	-	6.022	449
Total	6.030	-	6.030	624

valores em milhares de Reais

d) Operações renegociadas e em prejuízo

Em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99, artigo 11º, III, os montantes de operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e recuperadas de prejuízo estão assim compostos:

Operações	31/12/2013	31/12/2012
Renegociadas	2.940	8.304
Lançadas contra prejuízo	5.634	7.032
Recuperadas de prejuízo	1.155	3.229

valores em milhares de Reais

NOTA 05 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Outros Créditos - Diversos	31/12/2013			31/12/2012
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	78	-	78	61
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta*	1.034	-	1.034	949
Adiantamentos por conta de imobilizações	1.050	-	1.050	1
Devedores por compra de valores e bens	8	-	8	175
Devedores por depósitos em garantia	334	-	334	361
Impostos e contribuições a compensar	8	-	8	5
Títulos e créditos a receber	6.022	-	6.022	449
Devedores diversos - País	535	-	535	1.838
Total	9.069	-	9.069	3.839

valores em milhares de Reais

* Do saldo de R\$ 1.034 mil da conta de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, R\$ 1.029 mil refere-se a projetos de investimento em tecnologia para desenvolvimento de softwares em andamento.

NOTA 06 – OUTROS VALORES E BENS

Bens não de uso próprio	31/12/2013	31/12/2012
Imóveis	1.659	910
Veículos e afins	-	80
Máquinas e equipamentos	-	330
Bens em regime especial	356	58
Total Outros Valores e Bens	2.015	1.378

Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(12)	(12)
---	------	------

valores em milhares de Reais

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 12 mil de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 07 – DESPESAS ANTECIPADAS

Despesas Antecipadas	31/12/2013			31/12/2012
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Aluguel	7	-	7	37
Prêmios de seguros	28	-	28	17
Tributos	5	-	5	2
Total	40	-	40	56

valores em milhares de Reais

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em 31 de dezembro de 2013)

NOTA 08 – PERMANENTE

a) Investimentos

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2013	31/12/2012
Cooperativa Central Sicredi (i)	5.532	3.557
Sicredi Participações S.A. (i)	4.405	2.166
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores (i)	1	1
Total	9.938	5.724

valores em milhares de Reais

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central Sicredi	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Número de ações/quotas possuídas (Unidades)	1.424.738 OR	698.623 OR	1	1	5.531.513	3.556.841
	2.980.703 PR	1.467.235 PR	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,74%	0,66%	0,74%	0,75%	4,24%	3,74%
Capital social	595.066	329.122	135	134	130.336	95.165
Patrimônio líquido	610.177	341.636	142.704	93.414	131.842	96.678
Lucro líquido do exercício	12.216	9.145	-	-	-	-
Valor do investimento	4.405	2.166	1	1	5.532	3.557

valores em milhares de Reais

b) Imobilizado de uso

Imobilizado de Uso	31/12/2013			31/12/2012	Taxas anuais de depreciação %
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Imobilizações em curso	595	-	595	239	-
Terrenos	5.445	-	5.445	4.680	-
Instalações	2.622	(1.059)	1.563	1.539	10%
Móveis e equipamentos de uso	2.122	(851)	1.271	1.034	10%
Sistema de comunicação	46	(33)	13	10	10%
Sistema de processamento de dados	2.392	(1.372)	1.020	923	20%
Sistema de segurança	92	(15)	77	57	10%
Sistema de transporte	290	(124)	166	175	20%
Total	13.604	(3.454)	10.150	8.657	-

valores em milhares de Reais

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor residual inferior aos praticados pelo mercado.

c) Intangível

Intangível	31/12/2013			31/12/2012
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Intangível	3.234	(1.298)	1.936	1.267
Investimentos Confederação	3.234	(1.298)	1.936	1.267
Total	3.234	(1.298)	1.936	1.267

valores em milhares de Reais

Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 09 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

Obrigações por repasses interfinanceiros	31/12/2013			31/12/2012
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Recursos do Crédito Rural	148.566	9.678	158.244	93.177
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	148.566	9.678	158.244	93.177
Total	148.566	9.678	158.244	93.177

valores em milhares de Reais

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de 1,5% a.a. até 8% a.a. com vencimento de 01/01/2014 até 20/01/2018.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em 31 de dezembro de 2013)

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Obrigações por empréstimos	31/12/2013			31/12/2012
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos no país - outras instituições	4.401	-	4.401	2.123
Cooperativa Central Sicredi	4.401	-	4.401	2.123
Total	4.401	-	4.401	2.123

valores em milhares de Reais

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,0416% a.m. com vencimento em 25/03/2014.

NOTA 11 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

Outras obrigações - diversas	31/12/2013			31/12/2012
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Cheques administrativos	2.888	-	2.888	2.588
Obrigações por convênios oficiais	5	-	5	7
Obrigações por prestação de serviço de pagamento	137	-	137	47
Provisão para pagamentos a efetuar	2.970	-	2.970	2.750
Provisão para passivos contingentes *	603	-	603	275
Credores diversos - país **	7.753	-	7.753	1.949
Total	14.356	-	14.356	7.616

valores em milhares de Reais

*A conta "Provisão para passivos contingentes" recebe, além dos registros detalhados na nota explicativa seguinte (Passivos Contingentes), o registro das provisões sobre as Coobrigações da Cooperativa no valor de R\$ 312 mil.

As provisões sobre coobrigações assumidas pelas singulares na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco Cooperativo Sicredi S.A., estão registradas na rubrica 4.9.9.35.90-9 – Provisão para Passivos Contingentes - Outros Passivos, e foram constituídas com base nos mesmos critérios preconizados na Resolução 2682/99 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

** A conta Credores Diversos - país, está assim composta:

Credores Diversos - País	31/12/2013	31/12/2012
Sobras de caixa	13	31
Pendência - processos centralizados	15	113
Pendências a regularizar	159	56
Credores - Cartões Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	146
Comunicação corporativa - Coop. Central	111	-
Valores custodiados vinculados a operação de crédito	635	350
Consignação crédito folha de pagamento	7	-
Transitória recuperação de crédito	1	5
Compensação a Regularizar	4	-
Parcelado Lojista	2.739	-
Saldo credor - cartão Visa	30	-
Repasse IOF internacional - cartão Visa	5	-
Obrigação nacional Redecard - cartão Sicredi	246	293
Obrigação nacional rede Sicredi - cartão Sicredi	2	-
Saldo credor - cartão Sicredi	12	6
Agenda cartão Visa a pagar	2.566	-
Aceleração parcelas cartão Visa	28	-
Transitória - compras cartão Sicredi Redecard	10	9
Transitória contas a receber	1	-
Transitória contas a pagar local - Terminal Financeiro	-	2
Transitória - contas a pagar automático	2	-
Outros credores	305	43
Estabelecimento credenciado - Cartão Múltiplo	138	204
Compras cartão múltiplo - Cooperativas	6	41
Outros credores - Cartão Múltiplo	21	23
Saques cartão múltiplo Sicredi a pagar - redes externas	11	4
Saques nacionais Tecban a liquidar	14	1
Contas a pagar - empresas do grupo	279	341
Contas a pagar - demais fornecedores	392	280
Intercâmbio cartão Sicredi a pagar	1	1
Total	7.753	1.949

valores em milhares de Reais

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em 31 de dezembro de 2013)



NOTA 12 – PASSIVOS CONTINGENTES

Esta Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período - 01/01/2013	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período - 31/12/2013
Trabalhista	25	274	(20)	279
Cível	12	-	-	12
Total	37	274	(20)	291

Natureza	Probabilidade de Perda	Valor estimado de perda	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2013	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2012
Trabalhista	Provável	279	279	25
Trabalhista	Possível	70	-	-
Cível	Provável	12	12	12
Cível	Possível	294	-	-
Total		655	291	37

valores em milhares de Reais

NOTA 13 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

Coobrigações em garantias prestadas	31/12/2013	31/12/2012
Garantias prestadas em operações de associados (i)	24.495	14.856
BNDES - Automático, Caminhões, Produsa, Procap-Agro	359	-
FINAME - Agrícola, Banco Sicredi, BRDE	16.661	9.822
Moderagro	986	182
Moderfrota	48	86
Moderinfra	450	43
Procaminhoneiro	465	593
Pronaf	5.233	3.763
Propflora	291	339
Coobrigações Inadimplência	2	28
Total	24.495	14.856

valores em milhares de Reais

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes.

NOTA 14 – CAPITAL SOCIAL

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2013	31/12/2012
Capital Social	32.341	26.503

valores em milhares de Reais

	31/12/2013	31/12/2012
Total de associados	31.272	26.842

NOTA 15 – JUROS AO CAPITAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6% em cotas capital, no montante de R\$ 1.720 mil.

NOTA 16 – DESTINAÇÕES

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP, destinou suas sobras conforme o estatuto, sendo que 80% foram destinados para Reserva Legal e 5% para FATES.

NOTA 17 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2013 a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 1.550, registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”. Essa receita não será objeto de distribuição, sendo integralmente destinada para a Reserva Legal em 31 de dezembro de 2013 conforme Termo de Adesão e Contrato de Doação firmados, retornando para o Patrimônio Líquido da Cooperativa.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 35, I, da Res. CMN nº. 3.859/10).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em 31 de dezembro de 2013)

NOTA 18 – SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS

A cooperativa possui perdas acumuladas no valor de R\$ (123) mil e, conforme estabelece a Carta-Circular 3.300 (CMN) de 27/02/2008, apresentamos a composição, a forma e o prazo de realização das parcelas relativas ao rateio destas perdas:

Composição	Valor	Forma e prazo de realização das perdas
Perdas do exercício anterior da coop. Incorporada (*)	(1.430)	Restante das perdas a serem rateadas pelos associados da cooperativa incorporada em 2010
Resultado do exercício antes das destinações	12.498	
Destinações	(11.191)	
Sobras a disposição da AGO (**)	1.307	Para deliberação em AGO/2014
Perdas acumuladas	(123)	

valores em milhares de Reais

(*) Perdas decorrente da incorporação da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo da Aliança dos Médicos e Demais Profissionais de Nível Superior da Área da Saúde do Vale do Ribeira - Sicredi Vale do Ribeira. O processo de incorporação foi referendado em Assembleia conjunta em 01/06/2010 e estabeleceu que as perdas mencionadas não serão rateadas entre os associados da Sicredi Campos Gerais, ficando pendentes para rateio entre os associados vindos da incorporada.

(**) As sobras são distribuídas e apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do Bacen e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do Bacen, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71 (Lei do Cooperativismo).

NOTA 19 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Este item na Demonstração de Sobras ou Perdas apresenta saldo de R\$ 17.284 mil (R\$ 15.627 mil em dezembro de 2012), sendo que deste valor, R\$ 12.949 mil (R\$ 11.294 mil em dezembro de 2012) refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central de Crédito dos Estados do Paraná e de São Paulo - Central Sicredi PR/SP.

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Este item na Demonstração de Sobras ou Perdas apresenta saldo de R\$ 11.607 mil (R\$ 9.806 mil em dezembro de 2012), sendo que deste valor, R\$ 3.225 mil (R\$ 2.714 mil em dezembro de 2012) refere-se ao rateio das despesas da Confederação Sicredi; R\$ 1.529 mil (R\$ 1.184 mil em dezembro de 2012) refere-se ao valor de Contribuição à Sicredi Fundos Garantidores e R\$ 442 mil (R\$ 450 mil em dezembro de 2012) refere-se ao rateio das despesas da Cooperativa Central de Crédito dos Estados do Paraná e de São Paulo - Central Sicredi PR/SP.

NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da operação	31/12/2013	% em relação ao total	31/12/2012
Depósitos à vista	41	0,09%	40
Pessoas físicas	41		40
Depósitos a prazo	1.130	0,54%	1.294
Pessoas físicas - taxa pós-fixada	1.130		1.294
Operações de crédito	2.325	0,76%	2.653

b) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2013	31/12/2012
Pessoas chave da administração	424	332

valores em milhares de Reais

NOTA 22 – COMPONENTES DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes ativos:

Caixa e equivalentes de caixa	Inicial: 01/01/2013	Final: 31/12/2013	Variação
Caixa	4.393	5.083	690
Centralização financeira em Cooperativa Central	122.465	160.912	38.447
Total	126.858	165.995	39.137

valores em milhares de Reais

Na determinação da composição dos itens de caixa e equivalentes de caixa foram considerados os seguintes critérios para classificação dos ativos:

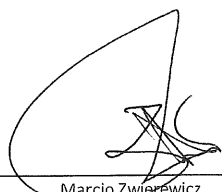
- Ter como finalidade atender compromissos de curto prazo;
- Possuir conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa;
- Estar exposto a reduzido risco de mudança de valor;
- Ter prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias na data da aquisição.

NOTA 23 – SEGUROS CONTRATADOS

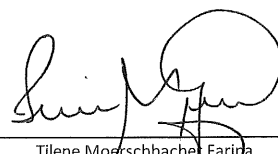
Em 31 de dezembro de 2013, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

NOTA 24 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013.



Marcio Zwiarewicz
Diretor Executivo
CPF: 930.636.529-20



Tylene Moerschbacher Farina
Diretora de Operações/Contadora
CRC: PR-041835/O-4
CPF: 976.137.629-04

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, Administração e Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP
Ponta Grossa – PR

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Porto Alegre (RS), 17 de fevereiro de 2014.

PARECER DO CONSELHO FISCAL



Ponta Grossa / PR, 29 de janeiro de 2014.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Com base nos nossos exames e em "Relatórios de auditoria do ano de 2013 dos auditores independentes", emitido pela Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa (Cnac), somos da opinião de que as mencionadas demonstrações apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da instituição.

Atenciosamente,

Jose Aristeu Bueno de Camargo
Conselheiro

Paulo Roberto Marchezini
Conselheiro

Vergilho Carvalho Sobrinho
Conselheiro

Marco Antonio do Prado
Conselheiro

Gilceu Suliani
Conselheiro

Ronaldo Kosiba
Conselheiro